

SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

*Alaide Rita Donatoni**
*Maria Cândida P. Coelho***

O pressuposto teórico que nos colocamos como ponto de partida é o de que a política educacional brasileira expressa, sob várias formas, as relações entre Estado brasileiro, economia e sociedade.

O suposto segundo o qual a educação é um elemento do Estado e de qualquer estudo sobre política educacional não pode se dar desvinculado do Estado nos remete a situar este estudo no contexto do capitalismo brasileiro e das relações entre a sociedade e a educação.

O fato da educação escolar ser uma das funções do Estado reforça a idéia de que uma análise da educação escolar brasileira deve passar, necessariamente, pela análise do Estado capitalista, compreendido como o conjunto da sociedade política e da sociedade civil.

MACHADO¹, em estudos recentes, enfatizando a relação entre o Estado brasileiro e a educação demonstra que a presença do Estado na educação escolar dá-se de forma mais direta e imediata do que em outras instituições educativas.

Enquanto parte da sociedade capitalista, a escola brasileira expressa, embora muitas vezes negando, as contradições fundamentais entre capital e trabalho, cujo eixo se move, apesar das lutas em contrário, na direção do aprofundamento da desigualdade e da injustiça social. Hoje, apenas uma minoria detém o poder político e econômico, em detrimento de uma maioria que se

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia.

** Professora aposentada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

1. MACHADO, Lia Zanotta. Estado, Escola e Ideologia. SP, Brasiliense, 1983.

encontra socialmente excluída, sem nem sequer ter acesso às necessidades básicas tais como educação, saúde e moradia, dentre outros. De forma contundente são negadas ao trabalhador condições dignas de trabalho e de vida, o que repercute negativamente no âmbito da educação escolar. Uma grande parte da sociedade brasileira encontra-se excluída da escola, sem falar da exclusão de uma parcela significativa no âmbito da mesma. Além do mais, a escola não tem garantido a todos que nela estão, o acesso ao conhecimento historicamente acumulado.

Para MILIBAND², o aspecto novo na história da intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica do capitalismo refere-se ao fato de que, a escala e a difusão dessa intervenção no capitalismo contemporâneo são hoje “incomensuravelmente” maiores do que em qualquer outra época e, sem dúvida alguma, continuarão a crescer. Nesta direção, é que a tese do Estado intervencionista nas sociedades capitalistas modernas nos dá a chave para compreendermos a natureza e o papel do Estado capitalista e sua relação com a sociedade e a educação.

Está cada vez mais claro que as orientações básicas sobre a educação escolar passam por várias mediações a nível de Estado, antes de chegar ao âmbito interno da escola. É o Estado que decide sobre a política de expansão ou de retração da rede federal, estadual e municipal, sobre a política de pessoal e sobre a organização e funcionamento do ensino em seus diferentes graus e níveis, estabelecendo ainda os limites de obrigatoriedade e de liberdade referentes a currículos, disciplinas e programas, além de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, ao mesmo tempo em que subordina as decisões no âmbito da educação às decisões mais amplas da política econômica e financeiro-orçamentária.

Como explicita MILIBAND³, o Estado passou a ter uma participação crescente no ensino superior, no que se refere à maneira como as Universidades utilizam os fundos que lhe são alocados para o ensino e a pesquisa. Notadamente nos Estados Unidos, as Universidades dependem em grande medida do Estado para financiar suas principais atividades, ou seja, o ensino e a pesquisa.

2. MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. RJ, Zahar, 1982.

3. MILIBAND, Ralph. Obra Citada.

Se é verdade que o aspecto novo na história da intervenção do Estado em todos os aspectos da vida econômica do capitalismo refere-se ao fato de que, a escala e a difusão dessa intervenção no capitalismo contemporâneo são hoje “incomensuravelmente” maiores do que em qualquer outra época, não é menos verdadeiro que a escola capitalista enquanto expressão das contradições presentes na sociedade constitui-se num espaço de atuação que pode apontar na direção da construção de uma contra-hegemonia do Estado.

Nessa direção, reiteramos a afirmação de alguns educadores de que a prioridade da escola não deve ser a “preparação de mão-de-obra” para o capital, mas, o desenvolvimento da capacidade de análise, de reflexão e de crítica, exercitando os estudantes para a democratização da sociedade, sem a qual o próprio conhecimento ficaria comprometido. Dessa forma, não poderíamos deixar de levar em conta as experiências e lições de vida do trabalho brasileiro e o patrimônio histórico de lutas que a classe trabalhadora vem acumulando ao longo do tempo - afirmação/negação do caráter excludente da sociedade. A reflexão no âmbito da escola brasileira, portanto, estaria referenciada, necessariamente, em relação à sociedade e, evidentemente, dentro de uma perspectiva histórico-crítica que contemplasse o projeto democrático, que seria associado à democratização dos conteúdos oferecidos em sala de aula, para todos. O conhecimento passaria, assim, a ter uma interlocução com a sociedade e apontaria para a sua democratização. Segundo LINHARES⁴, “sabemos que a escola não poderá - sem ultrapassar os conflitos sociais, enraizados na esfera da produção - oferecer ao trabalhador cultura letrada ajustada aos seus interesses. Sabemos também que, para operar esta ultrapassagem, deve ocorrer, dentro da escola, uma disputa que corresponda a outras lutas travadas em todas as outras frentes, definindo os rumos da sociedade. Além de ser inexecutável, não serve para o trabalhador a escola de erudição e cultura para amenizar a brutalidade inerente ao capitalismo, como Adam Smith vaticinara. A escola interessa pela sua possibilidade de ser mais um ponto de apoio para virar a embarcação da injustiça econômica”.

Originário do mundo da produção, no qual os homens estabelecem relações objetivas e contraditórias ao produzir socialmente sua existência, o Estado capitalista brasileiro é a expressão máxima das contradições entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção existentes

4. ALVES, Nilda. (Org.) Formação de Professores - Pensar e Fazer. São Paulo, Cortez, 1995, p. 26-27.

historicamente. Longe de ser o local da igualdade, do interesse geral, da justiça e da paz social preconizados pelo neoliberalismo, o Estado é o lugar privilegiado da luta de classes. Constituído por diferentes classes e ou grupos sociais com interesses diferenciados, expressa a vontade política tanto da classe dominante quanto das classes subalternas, sendo no entanto, a primeira que exerce maior poder e influência. Isto se deve ao fato de que a propriedade e o controle de áreas vitalmente importantes da vida econômica lhes asseguram o controle dos meios de decisão política-condição que possibilita a esta classe determinar a direção das sociedades em um dado momento.

É sabido que as políticas de educação escolar elaboradas no Brasil não têm expressado adequadamente os interesses e necessidades da sociedade brasileira, cujos sonhos e desejos pessoais, articulados com os coletivos devem encaminhar-se na direção de novos processos emancipatórios, ou seja, processos que possibilitem uma participação efetiva na vida democrática do País.

O reconhecimento de que existe uma classe hegemônica, isto é, uma classe capaz de dar a direção à sociedade em um dado momento é que vai nos dar a chave para rediscutir a natureza e o papel do Estado, a partir da leitura de GRAMSCI.

Ao reinterpretar Marx, GRAMSCI⁵, desenvolve uma concepção ampliada de Estado, cujo foco de análise é o conjunto da sociedade política e da sociedade civil, o qual envolve o conceito de bloco histórico como unidade dialética entre estrutura e superestrutura. Partindo do princípio de que a hegemonia se expressa na capacidade de direção que um grupo ou classe social imprime à sociedade em um determinado momento, chega-se à concepção ampliada de Estado, segundo a qual o Estado é o lugar da hegemonia, isto é, da dominação de classes, cuja direção se dá, de fato, pela coerção e pela persuasão - conjunto de forças que garante a permanência dos blocos hegemônicos no poder e confere a cimentação necessária à sua base hegemônica.

Segundo BUCI-GLUCKSMANN⁶, se para Gramsci o Estado emerge

5. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

6. BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

das relações de produção como pensava Marx e não pura e simplesmente da vontade dos homens - é a realidade objetiva das relações entre os homens que determina ao Estado sua estrutura social - a concepção Gramsciana sobre o Estado não se restringe ao ético político, ao nível do supra-estrutural, como muitos pensam, compreendendo também as relações sociais de produção.

Essa nova tese de que a hegemonia não pertence exclusivamente ao campo da reprodução ideológica, mas está também ligada ao processo produtivo, recoloca em Gramsci a relação dialética entre política e produção, entre Estado e unidades produtivas. "O Estado, longe de reduzir-se a um instrumento externo às relações sociais, articula-se com elas a partir de um ponto preciso: a dominação de classe determinada pela função exercida no processo produtivo a partir da contradição entre capital e trabalho".⁷

O conceito ampliado em Gramsci se dá, por conseguinte, através da incorporação do conceito de hegemonia que passa a se constituir no tema central da explicação sobre o funcionamento das sociedades capitalistas modernas, não podendo deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

Nessa perspectiva é que a dominação de classe presente no Estado capitalista passa a ser entendida como um processo hegemônico, isto é, um processo de direção, para cuja realização concorrem, simultaneamente, as forças produtivas materiais e as forças político-ideológicas.

GOLDMANN⁸, comentando sobre a perspectiva marxista das relações entre infra-estrutura e superestrutura, as redefine no âmbito da realidade social enquanto totalidade estruturada, ou seja, enquanto conjunto da história das idéias, sem primazia de umas sobre as outras garantindo, no tempo histórico, a estrutura particular de cada uma delas. Assim, fica configurado o caráter educador do Estado, para o qual concorrem tanto os aparelhos ideológicos e culturais de hegemonia, quanto o sistema privado de produção que é o seu fundamento, sempre na perspectiva de que, no Estado capitalista, as funções coercitivas jamais se separam das funções educativas e/ou adaptativas.

7. KUENZER, Acacia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. Rio de Janeiro, Cortez, 1985, p. 50.

8. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

No entanto, tanto as funções coercitivas quanto as funções educativas e adaptativas exercidas pelo Estado não se efetivam de forma espontânea, senão no âmbito de uma constante luta entre as diferentes classes e/ou grupos sociais, marcadas por permanente contradição, ora menos, ora mais acirrada. Nessa direção, é possível resgatar a historicidade do Estado brasileiro enquanto espaço de luta e enquanto espaço de construção de uma nova hegemonia que possibilite a setores mais amplos da sociedade uma participação política mais decisiva no núcleo de poder.

Sendo assim, podemos pensar o Estado capitalista moderno enquanto local tanto da dominação de classe, quanto do seu contrário - a não-dominação, abrindo-se espaço para uma discussão sobre o Estado brasileiro e a educação enquanto movimento histórico, isto é, enquanto realidade dinâmica, portanto, em transformação.

BUCI-GLUCKSMANN, referindo-se a Gramsci assim se expressa: "para Gramsci, os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força política autônoma"⁹. Referindo-se às relações sociais contraditórias presentes em um modo de produção determinado, Marx assim se expressa no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política: "Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações sociais determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais... Em certo estágio de desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura"¹⁰.

Partindo do princípio de que a hegemonia implica na formação da vontade coletiva e que a construção de uma nova hegemonia exige uma reforma

9. BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. Obra citada, p. 81.

10. MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 24-25.

econômica, intelectual e ética, a questão básica que nos colocamos, no momento, é saber que formas de encaminhamento serão possíveis para a superação da dominação da classe, tanto a nível interno quanto a nível externo, principalmente nos chamados países de capitalismo “periférico” ou de “terceiro mundo”, como no nosso caso, dominados hegemonicamente pelas elites econômicas e dirigentes do capital nacional e internacional. A tendência “modernizadora” dos países latino-americanos, onde a característica dominante tem sido a adaptação, a mudança social parcial e um processo contínuo sujeito a crises endêmicas, nos encaminha para a questão do papel da educação na construção e reconstrução da hegemonia ou contra-hegemonia.

Até que ponto as reformulações políticas, econômicas e éticas por que passa a sociedade brasileira nesse momento estariam contribuindo para a efetiva superação da dominação de classe presente na sociedade? Até que ponto a educação escolar brasileira estaria contribuindo para esta superação?

A concepção de educação enquanto ação teórico-prática que se dá entre homens vivendo numa sociedade historicamente determinada, em constante movimento, nos dá a chave para compreender a educação como processo histórico e não simplesmente como “coisa”, ou seja, como algo definido e acabado.

A educação é algo que está se construindo e reconstruindo a cada dia entre os homens. Como as demais realidades, tem um modo de ser contraditório que perpassa o fazer, pensar e sentir teórico-prático, inserindo-se na história dos homens e refazendo-se a cada momento, na ação coletiva dos mesmos. Enquanto expressão da luta de classes, configura-se como um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e deseducação, de qualificação e desqualificação - portanto, de humanização e desumanização.

Nesta perspectiva, nos encaminhamos a duas conclusões básicas: A primeira é de que a educação brasileira enquanto movimento histórico pode ser feita e refeita a qualquer momento, assim como o Estado. A segunda é de que a concepção de educação como “coisa” nos remete à matriz ideológica do capitalismo, a qual se configura como a instituição da generalidade abstrata dos seres e das “coisas” (“fetichização” em Marx ou “reificação” em Lukács) - e as diferenças, peculiaridades, singularidades e realidade abstrata, onde o real é trabalhado e vivido apenas nas aparências.

Assim, os princípios liberais da universalidade abstrata presentes na sociedade brasileira sob vários aspectos desdobram-se em princípios de liberdade, igualdade, individualismo e propriedade que direcionam, até os dias de hoje, a educação no Brasil.

A afirmação de que o positivismo é a expressão mais acabada da recomposição do liberalismo para mantê-lo como alicerce do capital e de que o positivismo é, no seio do liberalismo, o sustentáculo do capital, seja como epistemologia, seja como concepção de Estado e de sociedade, abre perspectiva de discussão sobre as matrizes de pensamento presentes na política econômica e de educação elaboradas para o Brasil nas últimas décadas.

Para GOLDMANN¹¹, o fundamental no capitalismo é a transformação das relações humanas qualitativas em quantitativas, a utilização do trabalho social para produzir certos bens como valor e, conseqüentemente, a reificação do homem no conjunto da sua vida social e psíquica predominando, sobre o concreto e o qualitativo, o abstrato e o quantitativo.

Cabe perguntar, pois, qual o papel do Estado na elaboração e efetivação das políticas de educação escolar brasileira e, portanto, qual o papel das elites econômicas e dirigentes e das elites estatais enquanto definidoras das diretrizes das políticas públicas? - Qual o papel dos intelectuais brasileiros enquanto veiculadores de valores e idéias na construção de uma nova hegemonia? - Qual o papel exercido pelos movimentos sociais na transformação da sociedade e, conseqüentemente, da realidade educacional brasileira?

Todas essas questões nos remetem a repensar o momento decisivo da realidade brasileira, em que o poder e a pressão dos interesses das forças capitalistas externas não podem ser subestimados, principalmente quando o capitalismo é hoje, mais do que nunca, um sistema internacional fortalecido por economias mundiais estreitamente inter-relacionadas e interligadas.

Todas essas reflexões nos apontam para a importância de se compreender a política educacional brasileira na perspectiva da adequação ou não da mesma aos interesses de uma minoria privilegiada, em detrimento dos interesses da maioria.

11. GOLDMANN, Lucien. Obra citada.

Na perspectiva do fato novo, da intervenção do Estado, resta-nos a alternativa de articularmos coletivamente a construção de um novo Estado, cujas políticas atentem os interesses e necessidades da maioria, em cujo interior encontra-se hoje, mais fortemente, uma parcela significativa, totalmente marginalizada.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Nilda (Org.). *Formação de Professores - Pensar e Fazer*. São Paulo, Cortez, 1995.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- KUENZER, Acacia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. São Paulo, Cortez, 1985.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, Escola e Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- RAMA, Gúman W. *As Tendências da Mudança Social e Educativa na América*. *Caderno de Pesquisa* nº 39.